



**MURPI CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE REFORMADOS
PENSIONISTAS E IDOSOS**

SEDE: RUA DE OVAR 548 1.º C – 1950-214 LISBOA TELF: 21 859 60 81

Telemóvel 965 873 863 E-mail: murpi@murpi.pt

Projeto de Resolução

Senhor Primeiro-ministro,

Senhores, e Senhoras Ministros(as) do Governo

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhores e Senhoras deputados(as) dos grupos parlamentares

Os reformados, pensionistas e idosos participantes na acção descentralizada realizada pelo MURPI em diversos distritos do País dirigem-se a todos vós exigindo que sejam dadas respostas urgentes a cinco problemas com que este grupo social está confrontado, para os quais são apresentadas cinco medidas urgentes que nos permitam envelhecer com qualidade de vida, segurança e alegria.

- Cabaz de bens essenciais a preços fixos e controlados
- Reposição do Poder de compra dos reformados, pensionistas e idosos
- Como solucionar a escolha de medicamentos ou alimentos na mesa
- Melhor SNS para todos
- Uma rede pública de equipamentos sociais

Não podemos calar!

PROBLEMA: As dificuldades e sacrifícios que nos estão a ser impostos perante o brutal aumento do custo de vida, em que só os preços dos bens alimentares subiram o dobro da inflação registada.

A entrada em vigor a 18 de abril do IVA zero em 46 produtos alimentares não tem tido os resultados prometidos, já que para além de não resolver problema algum, favoreceu os mecanismos de especulação dos preços.

A subida galopante dos preços dos alimentos e bens de primeira necessidade que não se coadunam com o rendimento médio dos reformados e pensionistas, e que contribuem para lucros desmedidos das empresas detentoras dos supermercados, em que os dois maiores só no ano de 2022 acumularam lucros de 760 milhões de euros.

SOLUÇÃO: exigimos a criação de um Cabaz de bens essenciais com redução e controle de preços, a par do prolongamento da vigência do IVA ZERO.

PROBLEMA: O aumento das pensões em 2023 está muito longe de assegurar o aumento mínimo de 60 euros exigidos pelo MURPI.

Este valor, não foi proposto ao acaso, mas de forma realista, do confronto do cumprimento da lei 53 B/2006 (com a qual nunca estivemos de acordo!) e a variação real dos preços da energia e dos bens alimentares, estes últimos que sofreram um aumento que é o dobro da inflação.

A proposta do MURPI mitigava a insuficiência da atualização prevista na Lei 53 -b/2006, entre os 8,4% e os 7,46%, que constituindo o maior aumento desde a criação desta lei em 2006, não garantia a reposição do poder de compra de todas as pensões.

O problema foi agravado com a decisão do governo de cortar para metade a atualização registada em janeiro deste ano com aumentos entre os 4,83% e os 3,89%.

A proposta do MURPI de 60 euros de aumento mínimo para as pensões mais baixas e de 8,4% para as restantes pensões correspondia à efetiva valorização de todas as pensões, como a reposição do poder de compra e colocava o Sistema Público de Segurança Social a cumprir o seu papel numa mais justa distribuição da riqueza produzida.

SOLUÇÃO: que propomos ao Governo é para que mitigue as opções erradas que tomou com os cortes nas pensões em janeiro de 2023 garantindo que o aumento intercalar decidido pelo governo seja pago retroativamente a janeiro deste ano e que este aumento seja incorporado no subsídio de férias, que se preparam para não pagar iludindo que o seu pagamento será feito em dezembro.

PROBLEMA: Há um número crescente de reformados e pensionistas que têm de escolher se compram os medicamentos prescritos ou os alimentos suficientes, porque o valor da sua reforma não chega para as despesas básicas.

SOLUÇÃO: para este problema passa por, no imediato, pela gratuitidade de medicamentos essenciais para o tratamento das pessoas idosas que sofrem de doenças crónicas.

PROBLEMA: Não é aceitável que se mantenha uma opção de desinvestimento no SNS, enquanto é fomentado a transferência de dinheiro público para o negócio privado na saúde. Onde fecha um serviço público de saúde, abre um privado. Cresce a desigualdade de acesso a cuidados de saúde, para os cerca de 1 milhão e 700 mil portugueses sem médico de família, para os que esperam meses e anos por consultas de especialidade e por cirurgias.

A degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) impede a prevenção da doença e a promoção de um envelhecimento saudável vivido com bem-estar físico e mental.

SOLUÇÃO: dar prioridade ao investimento no SNS para assegurar a igualdade de acesso de todos aos serviços de saúde, independentemente da sua origem social, nível de rendimento ou zona onde viva.

PROBLEMA: É preciso pôr fim às listas de espera para o acesso a um lar, à sujeição a condições degradantes em que muitos vivem em lares ilegais, à situação dos idosos que se encontram nos hospitais por não terem para onde ir, à desigualdade de acesso aos lares devido às mensalidades inoportáveis para o rendimento dos reformados.

SOLUÇÃO: consiste em pôr fim ao sistemático adiamento de criação de uma Rede Pública de Equipamentos sociais de apoio aos idosos que respondam às necessidades específicas com garantia de qualidade e de respeito pela sua dignidade dos que não tem outra alternativa do que ir para um Lar, com o número de trabalhadores, valorizados nos seus salários e carreiras, que assegurem a prestação de serviço público, com a diversificação das valências que assegurem o apoio às necessidades específicas dos mais idosos permitindo que se mantenham nas suas casas. É igualmente fundamental ampliar a Rede de Cuidados Continuados.

Somos reformados, pensionistas e idosos que não abdica de exercer o direito de participação social e política, que se reveem e apoia a justiça das reivindicações do MURPI, assentes na intervenção de cada um e de todos nós – mulheres e homens - na exigência de uma nova pedagogia sobre o envelhecimento e por soluções políticas que garantam um envelhecimento com dignidade e direitos, com melhores pensões, melhor saúde e fruição saudável dos tempos livres.

6 de junho 2023

Os reformados, pensionistas e idosos participantes na iniciativa do MURPI
(indicar local)